

# 40 anos da geografia crítica: pensando os limites e as potencialidades

Ana Fani Alessandri Carlos  
USP

p. 487-491

revista

Geo   
USP  
espaço e tempo

Volume 22 • nº 3 (2018)

ISSN 2179-0892

## Como citar este artigo:

CARLOS, A. F. A. 40 anos da geografia crítica: pensando os limites e as potencialidades. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 3, p. 487-491, dez. 2018. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/153314>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2018.153314>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

# 40 anos da geografia crítica: pensando os limites e as potencialidades

Penso que a melhor forma de introduzir este dossiê é com uma pergunta: qual é a pertinência do seminário “40 anos da Geografia Crítica: sua atualidade na Geografia do Departamento de Geografia/FFLCH/USP”, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) e pelo Laboratório de Estudos Regionais em Geografia (Lergeo)?

Uma resposta possível é que o evento, mais do que assinalar um momento importante de ruptura na produção do conhecimento geográfico, mais do que marcar um tempo de reflexão sobre as origens e legado do movimento da Geografia Crítica no Departamento de Geografia da FFLCH-USP, se debruçou sobre sua potência, atualidade e necessidade hoje, num momento em que o pensamento crítico aparece como residual. Isto porque, nestas mais de quatro décadas, o pensamento crítico continua orientando a investigação, a pesquisa e o ensino propondo novas leituras (e categorias de análise) do mundo em que vivemos, tendo a totalidade social como perspectiva. Por outro lado, a crítica faz-se necessária num momento em que, no limite, se revela como aquele que tende inexoravelmente à despossessão da humanidade do homem pelo desenvolvimento do processo de reprodução social e pela degradação do ato de pensar e viver criativamente o mundo.

Podemos afirmar que, no cenário nacional, os anos 1970, tanto quanto hoje, apontam um momento de crise da realidade e da disciplina. Mas, se então a resposta de superação do momento crítico era a necessidade de construir uma Geografia comprometida com a sociedade a partir de uma profunda crítica aos “modos de pensar e fazer Geografia” sob uma nova orientação teórica e de método, hoje a política neoliberal tem monopolizado as ações, submetendo parte significativa da prática acadêmica à ideia de racionalização das atividades universitárias, no seio da sociedade produtivista que degrada a tradição humanista da Geografia. Uma situação em particular (mas de significativa importância) ilustra essa guinada. Na reunião dos programas de pós da Anpege realizado na USP em 2017, presenciou-se uma preocupante inversão dos objetivos do evento, isto é, abdicou-se de debater a produção do pensamento em Geografia para focalizar quase exclusivamente os debates sobre o preenchimento dos formulários da Capes dirigidos à avaliação dos programas. Esse é o debate que impõe a competitividade no lugar da produção dos conteúdos que fundamentam e explicitam a desigualdade social. Essa inversão se faz em detrimento do debate sobre a capacidade, a potência e os limites da Geografia para pensar o mundo moderno em transformação, sem o qual não há futuro possível.

Na fase crítica atual, novas questões se impõem ao debate e precisam ser enfrentadas; a Geografia precisa ser pensada como possibilidade de construir uma compreensão da realidade brasileira. A partir daí, a questão do que é pensar, o que nos leva à questão seguinte, que é como pensar. Como construir o caminho que leva à compreensão da realidade, cada vez mais desigual? É possível superar os problemas postos pela crise da Geografia produtora de um saber ligeiro e esfacelado da realidade brasileira, imerso em preconceitos tanto em relação à teoria quanto ao caminho do método? Quais os limites e as possibilidades impostas à produção

de uma Geografia como conhecimento do mundo? Como nos preparar para o cenário que está sendo delineado claramente no plano político, contra a liberdade de pensamento e investigação? Quais são o papel e o lugar que vamos escolher diante do ataque às ciências humanas? Que ensino para a nova geração? Que caminhos de investigação para desvendar um novo ciclo de acumulação? Que teorias (e instrumentos categorias) se constroem para pensar o momento crítico atual (realidade e pesquisa)? Qual é a “responsabilidade social dos geógrafos” no novo cenário que se anuncia? Enfim: que Geografia para o século XXI?

O cenário nacional e mundial não deixa de enviar mensagens claras sobre o futuro que se anuncia para o ensino e a pesquisa. No plano mundial, por exemplo, o primeiro ministro japonês afirmou que as pesquisas altamente teóricas devem ser substituídas por uma educação prática e vocacional. Desde a publicação dessa nota do ministro da educação japonês em 2015, pelo menos 26 das 60 universidades que tinham departamento de ciências humanas fecharam esses cursos ou reduziram o corpo docente em favor de áreas voltadas ao desenvolvimento tecnológico. No cenário nacional, dois fatos chamam atenção: em 2016, antecipando a situação de 2017 quanto aos cortes à pesquisa, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, criticava a suposta falta de utilidade prática dos estudos financiados pela Fapesp. Em 2018, o projeto “escola sem partido” antecipa o que virá para a investigação e pesquisa.

## Os anos 1970 : o que aprender com eles

Voltar e regredir aos anos 1970 nos ajuda a pensar a Geografia que se faz hoje. Na construção do *pensamento geográfico* sobre o mundo moderno – e aqui nos referimos especificamente à Geografia Brasileira –, é possível perceber uma nítida inflexão, senão ruptura, que se estabelece nos anos 1970 (evidentemente, como expressão das transformações da Geografia estadunidense e europeia) a partir do questionamento da elaboração do pensamento constituído até então, problematizando sua potência explicativa do mundo.

O debate sobre a crise vivida na Geografia diante do questionamento naquele momento da potência da disciplina permitiu pensar e construir uma teoria sobre o mundo a partir do questionamento da então chamada “Geografia tradicional” – de cunho positivista – como um exercício da crítica como momento intrínseco do ato de pensar. A Geografia precisava pensar o mundo e situar-se nele. O debate epistemológico ganhava centralidade. Como consequência, novas categorias de análise passaram a pontuar o debate. Com isso, a produção de uma inteligibilidade do mundo é processo e ato de conhecer. A preocupação teórica emerge com toda a força e marcando o período. Nesse sentido, o desafio era ultrapassar o nível fenomênico e entender a realidade como articulação dialética entre forma/essência. Desse modo, o processo de produção do conhecimento geográfico abria-se a novos horizontes, desafiando os geógrafos.

Baseada no materialismo e na dialética, o que se convencionou chamar de “Geografia Crítica” passa a fundamentar, no Brasil, a esmagadora maioria dos trabalhos na área de Geografia Humana a partir dos últimos anos da década de 1970. Essa tendência se contrapõe violentamente ao neopositivismo assumido pela Nova Geografia – ou Geografia Quantitativa –, colocando em xeque o saber geográfico e abrindo perspectiva para se pensar a espacialidade das relações sociais.

Se o materialismo histórico criava as bases de localização dos processos no seio do movimento da história, o materialismo dialético estruturava a base do conhecimento como adequação do pensamento e do ser; um conhecimento que não se reduziria ao pensamento e que envolvia a dimensão da prática social como conteúdo do real. A compreensão do espaço na perspectiva do movimento das coisas e das coisas em movimento levou à compreensão do caráter contraditório das relações que produzem o espaço. A Geografia começava a discutir a natureza do espaço e a explicar o processo de produção espacial a partir da produção-reprodução da vida. Mas mesmo assim não há consensos, havia várias perspectivas que as leituras de Marx abriam ao horizonte da pesquisa.

Nesse cenário, a Geografia avançou na potência de pensar e produzir uma teoria sobre a realidade brasileira. As relações homem-meio, que estão na origem da formação da disciplina, ganhavam um novo sentido, dado pelo processo histórico em sua contradição fundamental: de humanização/desumanização do homem, tendo por base suas condições concretas de existência. A compreensão da práxis – como aquela do sujeito em suas relações reais – pelo método dialético e articulando teoria e prática permitiu pensar no movimento e no momento da ação que transforma a realidade.

Do meu ponto de vista, a ruptura desse momento estava ancorada em dois deslocamentos nos procedimentos de análise que ganham desdobramento nas pesquisas atuais: (a) a superação da ideia de espaço geográfico como palco da ação humana, ou como teatro das ações humanas, quadro físico reduzido à compreensão da distribuição das atividades dos homens/grupos humanos em direção à consideração do espaço como produção social e momento da produção da vida, e (b) a sociedade se coloca no centro da discussão do espaço na condição de sujeito da ação que transforma a natureza em espaço socialmente produzido. Nesse momento, a centralidade da categoria de totalidade orientando o pensamento potencializava a investigação da realidade.

Assim, esse momento crítico permitiu construir os fundamentos da passagem do conceito de “organização do espaço” para aquele da “produção do espaço”. Nesse sentido, é possível pensar o espaço em sua materialidade real e concreta como mundo; uma objetividade que permite recompor/iluminar os sujeitos produtores da realidade espacial e seu sentido.

Em seu desdobramento, permitiu pensar o espaço-mercadoria e, nessa condição, a construção do entendimento do espaço capitalista como produção social alienada, condição que Aziz Ab’Saber apontava como a grande conquista da Geografia.

De um lado, a dialética das aquisições desse momento da produção do pensamento geográfico ensejou um salto que muda radicalmente os termos do debate com o foco na construção social do espaço descobrindo o lado mercantil da produção espacial – a produção do espaço mercadoria – e enfatizando a diferenciação espacial como questão de classe, iluminando os conflitos latentes de uma sociedade fundada na desigualdade (sociedade hierarquizada em classes). Mas, de outro lado e contraditoriamente, muitas pesquisas focaram o homem como trabalhador reduzindo-o à esfera do trabalho, na condição de mão de obra.

Nessa regressão histórica, ilumina-se, na Geografia da FFLC-USP, o fato de que a construção de uma “geografia crítica” surge de uma formação centrada no humanismo. No DG do início dos anos 1970, cunhada na resistência tanto à ditadura militar quanto à Geografia

neo-positivista (quantitativa), a formação do geógrafo permitiu sedimentar o caminho de construção dessa “nova geografia” tendo a “geografia ativa” como mediação entre a Geografia chamada de “tradicional” e a Geografia chamada “de crítica”. Essa mediação da “Geografia Ativa”, produto dos trabalhos de Pierre George, Bernard Kayser, Raymond Guglielmo, colocava a necessidade teórica como crítica da situação contemporânea fundada no desenvolvimento do capitalismo apontando suas contradições. Era um momento de interrogação e impasse, quando ganhavam importância na formação os trabalhos/aulas de Léa Goldenstein, Armando Corrêa da Silva, Nelson de La Corte, Manuel Seabra, Pasquele Petroni e José Pereira de Queiroz. São os professores que formaram a nova geração de geógrafos que construirá a chamada “Geografia crítica” na segunda metade dos anos 1970 na USP. Esse seminário focalizou esse momento formativo aí situando as condições necessárias de construção do novo momento da pesquisa em Geografia do DG.

O conhecimento se insere no movimento da reprodução da realidade, como necessidade de apreender os seus aspectos *novos*. Uma realidade em transformação, exige sempre novas teorias e conceitos – um conhecimento em constituição. Isso porque essa realidade (em movimento) contempla um movimento intrínseco de superação (da realidade e do conhecimento a seu respeito), o que nos obriga a entender a realidade concreta e o que ela contempla de possibilidade para o futuro da sociedade (como projeto de sua transformação – o mundo que deve ser transformado). Essa orientação revela a impossibilidade da constituição do conhecimento como modelo fundado em verdades absolutas, indicando a crítica como condição própria do trabalho intelectual. As transformações profundas da realidade, bem como a necessidade de superar a condição da Geografia como disciplina parcelar no sentido de construir uma compreensão da realidade em sua totalidade a partir do desvendamento da prática social na atualidade, indicam os avanços necessários.

Tal fato significa pensar que esse momento da construção do pensamento geográfico a partir do atual, em seus desdobramentos e possibilidades, marca continuidades e descontinuidades do pensamento. A atualidade do pensamento crítico na produção do conhecimento geográfico como condição de desvendamento do mundo moderno se realiza, particularmente, nas áreas de Geografia urbana e rural e regional como veremos nos artigos que se seguem.

Ganha, portanto, atualidade a advertência de Milton Santos (1988, p. 18):

[...] o papel da FFLCH é o papel da crítica, isto é, da construção de uma visão abrangente e dinâmica do que é o mundo, do que é o país, do que é o lugar, e o papel da denúncia, isto é, da proclamação clara do que é o mundo [...] essa crítica é o próprio trabalho do intelectual [...] essa crítica, esse dever do intelectual não se confunde com a ideia de instituição.

## Considerações finais

No panorama nacional, se nos anos 1970 a pesquisa colocou acento na necessidade teórica que permitiu questionar a Geografia em suas possibilidades de entender o mundo, vivemos hoje um momento de refluxo (o que requer explicação), em que o debate teórico e o marxismo aparecem envoltos numa nuvem de preconceitos. Esse é um dos desafios que devemos enfrentar neste século.

## Referências

- BASSO, M. Por que o governo japonês está fechando cursos de humanas? **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 jul. 2017. Disponível em: . Acesso em: 8 nov. 2018.
- SANTOS, M. **O intelectual e o dever da crítica**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1998. (Série Eméritos, 1.)